



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

### 31ª Reunião Plenária – Lisboa, 7 e 8 de março de 2017

#### ATA DA REUNIÃO

Aos dias 7 e 8 de março de 2017 realizou-se em Lisboa, nas instalações do Ministério da Defesa Nacional, a 31ª Reunião Plenária do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD).

A reunião foi presidida pelo Dr. Nuno Pinheiro Torres, Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) de Portugal, na qualidade de Coordenador do SPAD, tendo participado nos trabalhos os Delegados de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Participaram ainda o Dr. Miguel Levy, em representação do Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e o Tenente-General (Ref) Luís Diogo de Carvalho, Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE).

Na sessão de abertura, o Coordenador do SPAD deu as boas-vindas a todos os participantes, tendo referido a grande expectativa relativamente aos documentos a desenvolver na Componente de Defesa, destacando o Regulamento do Colégio de Defesa da CPLP, na vertente da formação, e a criação de um mecanismo de resposta da CPLP a situações de catástrofe. Referiu, também, que a eleição de um Secretário-Geral das Nações Unidas que fala português constitui uma janela de oportunidade para os Estados Membros e para a CPLP, também na área da Defesa, conferindo visibilidade à Comunidade.

De seguida, delegou no Dr. João Pedro Saldanha Serra a condução dos trabalhos, desejando a todos uma reunião frutífera e uma ótima estadia em Lisboa.

O Dr. João Pedro Saldanha Serra apresentou o Coronel Francisco Santos, o novo representante do EMGFA no Núcleo Permanente do SPAD.

#### Ponto Prévio – Aprovação da Agenda de Trabalhos

A Agenda de Trabalhos, submetida à consideração do Plenário, foi aprovada por consenso.

*Santos*  
*OT*  
*AS*  
*AS*  
*AS*  
*AS*  
*AS*  
*AS*



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

### Ponto 1 – Colégio de Defesa da CPLP

Na sequência do desafio lançado na reunião de MDN/CPLP (São Tomé e Príncipe, 2015) para a criação de um “Colégio de Defesa da CPLP”, foi decidido na reunião extraordinária de DPDN (outubro 2016) que Portugal e Moçambique elaborariam uma versão consolidada do Regulamento do Colégio. Esta versão, remetida a 22 de dezembro de 2016 aos Estados Membros para comentários, mereceu contributos do Brasil, postos a circular pelos Estados Membros a 17 de janeiro de 2017.

Colocada à apreciação das delegações a versão consolidada, a delegação de Angola informou que o documento se encontra, ainda, em avaliação técnico-administrativa nas instâncias competentes daquele país.

A delegação do Brasil prestou alguns esclarecimentos adicionais quanto às suas sugestões ao documento.

Não houve objeções por parte das restantes delegações.

Por consenso, o Regulamento foi aprovado com as sugestões apresentadas pelo Brasil, condicionado à posterior indicação de plena concordância por parte de Angola. Para tal, acordou-se na data de 10 de abril de 2017 para essa comunicação ao SPAD, por forma a permitir a sua análise na reunião de CEMGFA, de 19 e 20 de abril de 2017, e posterior encaminhamento aos restantes órgãos da Componente de Defesa, tendo em vista a sua aprovação formal em sede de reunião de MDN.

### Ponto 2 – Colégio de Defesa da CPLP – propostas dos Estados Membros para acolherem a 1ª edição em 2018

Face ao interesse em avançar com o Colégio de Defesa e considerando que 2018 foi apontado como o ano de lançamento, com início dos cursos, foi solicitada às delegações a eventual apresentação de propostas de acolhimento da 1ª edição do curso e/ou propostas para planos de cursos.

Na oportunidade, a delegação da Guiné Equatorial agradeceu a possibilidade de estar presente, informando que se encontrava mandatada para tal pelas autoridades daquele país, designadamente pelo Ministro da Defesa. Referiu-se à conclusão dos procedimentos de adesão ocorrida na Cimeira de Brasília, podendo doravante incorporar o acervo da CPLP, bem como os acordos subscritos pelos Estados Membros anteriores à adesão da Guiné Equatorial.

Reafirmou o compromisso assumido em Díli no sentido da organização da reunião de MDN da CPLP,

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A. K.', 'S. S.', 'D. S.', 'K. S.', and 'M.'.*



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

tendo já formalizado essa intenção e solicitado, inclusivamente, apoio técnico ao Secretariado Executivo e ao SPAD. Apelou ao apoio de todos os Estados Membros neste setor, que considerou pilar da integração da Guiné Equatorial na CPLP, face à sua importante posição geoestratégica e à partilha de problemas comuns no quadro do Golfo da Guiné.

Informou, ainda, que o respetivo Ministro da Defesa expressou preocupação face à necessidade, urgente, de ser ministrada formação em língua portuguesa aos Pontos de Contacto (POC) do seu país, fundamental para a participação confiante nas respectivas reuniões. Em termos logísticos, o seu país pode acolher professores ou, se considerado mais adequado, enviar aqueles POC para formação fora do país. Quanto ao acolhimento de uma 1ª edição de cursos do Colégio de Defesa em 2018, considerou mais prudente ser iniciada por outros Estados Membros.

De uma forma geral as delegações consideraram dever aguardar-se pela aprovação do Regulamento do Colégio pelos MDN e permitir, assim, que o assunto seja amadurecido pelas diversas autoridades nacionais, antes de assinalar eventual acolhimento ou oferta de cursos.

O Coordenador em exercício esclareceu que a intenção deste ponto era apenas conhecer da existência de alguma disponibilidade, permitindo ganhar tempo para lançar um curso em 2018.

Concluiu-se pela necessidade de aguardar pela aprovação do Regulamento do Colégio de Defesa por parte dos MDN, antes de se avançar com propostas concretas.

### Ponto 3 – Mecanismo de resposta a situações de catástrofes

Esta questão foi suscitada na 17ª reunião de CEMGFA (Luanda, 6/8 maio 2015), tendo sido proposta a reflexão sobre a criação, ao nível político, de mecanismos de resposta coordenada da CPLP a catástrofes naturais ocorridas nos Estados Membros, para que o apoio aos países não ficasse apenas dependente de iniciativas bilaterais. Após a análise noutras instâncias da Componente de Defesa, foi decidido, na reunião extraordinária de Diretores de Política de Defesa em outubro de 2016, atribuir ao Brasil a liderança do processo, no sentido de apresentar ao SPAD um documento mais aprofundado que incluísse sugestões feitas pelas restantes delegações. Esse documento foi circulado a 4 de novembro de 2016.

A delegação brasileira indicou que o documento apresentado contém os princípios gerais a nível político-estratégico, para posterior operacionalização pelos Estados Membros, e referiu, como exemplo, uma portaria que articula diferentes Ministérios – saúde, integração nacional e defesa - neste tipo de

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'S. H.', 'S. M.', 'R. S.', and 'R. S.']*



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

situações.

A delegação de Portugal considerou o texto como enformador de princípios e orientações para a participação dos Estados Membros, bem como para a mobilização de recursos de atuação num cenário de desastre natural, merecendo por isso concordância. Destacou, apenas, a necessidade de, ao nível interno, deverem ser articulados os procedimentos entre as diversas estruturas do Estado Português com competências na matéria.

A delegação de Timor-Leste referiu a existência de um Sistema Integrado de Segurança Nacional na resposta a criminalidade grave ou catástrofes.

A delegação de São Tomé e Príncipe insistiu no carácter fundamental deste documento e na experiência acumulada através dos Exercícios Felino. Considerou que há que ganhar tempo e acelerar o trabalho, procedendo ao levantamento das capacidades de cada Estado Membro, conferindo um sentido prático a este mecanismo.

Já a delegação de Moçambique, referindo-se às constantes situações de cheias e seca a que o país está sujeito, apoiou com entusiasmo este mecanismo, que permitirá ultrapassar dificuldades, numa perspetiva de intervenção coordenada e orientada para as especificidades de cada Estado Membro.

A delegação da Guiné Equatorial considerou que a marca CPLP deverá dispor de uma resposta rápida, manifestando o seu apoio à ideia.

A delegação da Guiné-Bissau corroborou esta perspetiva.

A delegação de Cabo Verde enfatizou o alinhamento com a perspetiva de segurança abrangente seguida pelas Nações Unidas, bem como a importância das trocas de experiências e conhecimento e de regras de empenhamento partilhadas, concordando com a necessidade de acelerar o funcionamento deste mecanismo.

A delegação do Brasil adiantou ter, já em 2015, apresentado um projeto de operacionalização, aguardando apenas a aprovação pelos Ministros da Defesa, para o submeter aos Estados Membros, pelo que o processo pode desenvolver-se rapidamente.

A delegação de Angola destacou a vertente política, em termos da articulação entre Ministérios, e uma vertente mais operacional, nas possíveis respostas ao nível dos Estados-Maiores, apelando à incorporação desta questão no exercício Felino 2018.

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A.H.', 'Júlio', 'D.F.', and 'A. P. 2018'.*



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

Em termos gerais, as delegações apoiaram o documento sobre Princípios Gerais e Orientações de Base para, no quadro da CPLP, conduzirem à criação de eventual mecanismo de resposta a situações de catástrofes, apresentado pelo Brasil, considerando a necessidade de, em termos operacionais, ser efetuado um estudo aprofundado em função dos recursos e organização de cada Estado Membro.

Assim, foi considerado, por consenso, que o documento apresentado pelo Brasil se encontra em condições de ser encaminhado para apreciação dos CEMGFA da CPLP.

### Ponto 4 – Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa

O Coordenador em exercício procedeu a um breve enquadramento histórico desta questão que culminou, em 2006, com a assinatura do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, uma convenção internacional que estrutura a organização, as atividades, os vetores de atuação e até os compromissos financeiros desta Componente (referiu especificamente o contributo anual para o Fundo Especial do CAE).

Porque foi sentida a necessidade de revisão deste instrumento, após aprofundadas discussões, foi possível aprovar na reunião de MDN em Díli, em 2016, um texto consensual de revisão do Protocolo, com a ressalva de que a sua assinatura formal pelos Ministros só ocorreria depois de concluídos os procedimentos internos legalmente exigidos em cada Estado Membro.

A delegação de Portugal informou que, tendo por base o parecer jurídico do Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, não pode assinar o texto de revisão do Protocolo de 2006 uma vez que este último ainda não vigora na ordem jurídica internacional, já que apenas 4 dos 8 signatários cumpriram os procedimentos dos artigos 15º e 16º do Protocolo.

A delegação de Angola indicou que o gabinete jurídico do MDN remeteu o protocolo de 2006 para apreciação da Assembleia Nacional.

A delegação do Brasil referiu que o Protocolo de revisão foi enviado para o Ministério das Relações Exteriores e aproveitou para informar ter estabelecido internamente uma forma que permite mais facilmente poder proceder ao pagamento anual da contribuição ao CAE.

A delegação de Cabo Verde considerou que só se deverá avançar para a revisão do Protocolo de 2006 após a sua entrada em vigor.

A delegação da Guiné-Bissau disse que o Protocolo de 2006 se encontra no MNECIC para posterior envio à Assembleia Nacional.



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

A delegação da Guiné Equatorial deu nota que se encontra em curso o processo de incorporação do acervo da CPLP.

A delegação de Moçambique reportou que o Protocolo ainda se encontra no MINEC.

A delegação de São Tomé e Príncipe confirmou ter já concluído todo o processo relativo ao Protocolo de 2006.

A delegação de Timor-Leste irá confirmar se, como julga, o Protocolo de 2006 foi já ratificado, embora não tenha sido ainda depositado.

O representante do Secretariado Executivo da CPLP alertou as delegações para a necessidade dos instrumentos de ratificação serem depositados naquele Secretariado, assumindo o compromisso de, em conjunto com o SPAD, mapear a situação do Protocolo de 2006.

Considerando que o avançar do processo de revisão do Protocolo de 2006, facilitada pelo facto de existir já um texto consensual, está dependente da sua entrada em vigor foi entendido, por consenso, apelar a que Cabo Verde e Timor-Leste depositem os instrumentos de ratificação do Protocolo de 2006 no Secretariado Executivo da CPLP e que os restantes Estados Membros que ainda não o fizeram concluem os necessários procedimentos internos, destacando a particular situação da Guiné Equatorial.

### Ponto 5 - 4º Fórum da Saúde Militar (conclusões)

O Capitão-de-mar-e-guerra médico naval João Pedro Antunes Fernandes, assessor da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional para a área da Saúde Militar e Coordenador Técnico do Fórum, fez a síntese conclusiva dos trabalhos do 4º Fórum da Saúde Militar.

Aquela reunião decorreu no Ministério da Defesa Nacional de Portugal, no dia 6 de março, com a presença de representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal e Timor-Leste, tendo sido aprovados os seguintes documentos, que se anexam à presente ata:

- Regimento Interno do Fórum de Saúde Militar/CPLP (FSM/CPLP)
- Estratégia para a Saúde Militar da CPLP
- Plano de Ação do FSM/CPLP para o biénio 2017/2018

Estes documentos serão encaminhados, através do SPAD, para consideração dos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas e posterior aprovação pelos Ministros da Defesa da CPLP.

Foi também confirmada a realização dos Encontros de Saúde Militar, em outubro de 2017, em Maputo, Moçambique.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "A. Antunes" and "OT"]*



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

### Ponto 6 – Atividades do CAE/CPLP

O Tenente-General (Ref) Diogo de Carvalho, Diretor do CAE, procedeu à apresentação do Relatório de Atividades e de Execução Orçamental de 2016, do Plano de Reajustamento de Atividades e Orçamento para 2017 e do Plano de Atividades e Orçamento para 2018, bem como das deliberações da VI reunião do Conselho Consultivo, realizada em Maputo nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2017.

Em termos de necessidades identificadas, destacou a lacuna verificada quanto aos recursos humanos afetos ao CAE, já que apenas dois elementos se encontram em permanência em funções no Centro, sendo um deles o Diretor.

Reconheceu o apoio que tem sido prestado por Brasil, Portugal e Moçambique.

Referiu-se também ao XIII Seminário Político-Estratégico subordinado ao tema “ A CPLP no Apoio à Situações de Vítimas de Catástrofes e Desastres Naturais: O Papel das Forças Armadas” e a outras atividades desenvolvidas por este Centro, nomeadamente diversas audiências e visitas de relevo.

Referiu-se à atualidade dos temas acompanhados pelo CAE, em alinhamento com as discussões em curso na Componente de Defesa da CPLP, e apelou ao fundamental empenho e colaboração dos Núcleos Nacionais.

Tendo sido abordado o tema da viatura para o Diretor do CAE, foi entendido, por consenso, que deverá ser iniciado o trabalho conjunto entre o SPAD e o CAE para aferir da viabilidade da sua aquisição, tal como recomendado na reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ocorrida em São Tomé e Príncipe em 2015, não se justificando o agendamento deste assunto para uma reunião de Ministros da Defesa.

As delegações apreciaram favoravelmente os instrumentos de gestão do CAE acima identificados e concluíram, por consenso, que os mesmos deverão ser encaminhados para apreciação dos restantes órgãos da Componente de Defesa da CPLP.

### Ponto 7 – Exercício Felino

A delegação de Cabo Verde apresentou as conclusões e as lições aprendidas do exercício FELINO 2016, que decorreu naquele país, no formato de Exercício na Carta (EC), agradecendo o apoio prestado pelo Brasil e por Portugal.



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

A delegação do Brasil apresentou o cenário para o exercício FELINO 2017, a realizar entre 18 e 28 de setembro de 2017 na região do Estado do Rio de Janeiro, na modalidade de Forças no Terreno (FT), tendo solicitado que seja remetida ao SPAD, até ao dia 17 de março de 2017, a identificação dos POC dos Estados Membros/oficiais diretamente envolvidos no exercício para a finalização dos preparativos. Informou, também que o oficial encarregado pelo Exercício virá a Lisboa quando da reunião de CEMGFA, possibilitando encontros com os POC de outros Estados Membros.

No que respeita à calendarização dos próximos exercícios FELINO:

- 2018, em São Tomé e Príncipe, no formato EC - a delegação de São Tomé e Príncipe disse que, oportunamente, transmitirá a sua posição sobre a realização do exercício no país,
- 2019, em Angola, no formato FT – a delegação de Angola confirmou este acolhimento,
- 2020, na Guiné-Bissau, no formato EC – a delegação da Guiné-Bissau confirmou a realização;
- 2021, em Portugal, no formato FT – a delegação de Portugal confirmou a receção do exercício.

Por consenso, foi entendido que São Tomé e Príncipe deverá confirmar que acolhe a realização, em 2018, do exercício no formato “Exercício na Carta” (EC) na reunião de CEMGFA de abril de 2017.

### Ponto 8 – 19ª Reunião de CEMGFA da CPLP

O Cor. Talambas, representante do EMGFA de Portugal, procedeu a uma breve apresentação sobre a 19ª reunião de CEMGFA/CPLP que decorrerá em Lisboa, entre 19 e 20 de abril de 2017.

Foram entregues, em sala, cópia dos convites dirigidos aos CEMGFA dos diversos Estados Membros, os quais seguiram já via Adidos de Defesa e seguirão, igualmente, via SPAD.

Foi solicitado que os formulários de inscrição sejam remetidos ao SPAD até dia 24 de março de 2017.

O representante do EMGFA de Portugal manifestou o desejo de poder contar com todos os CEMGFA da CPLP e assim contribuir para a dinamização da Componente de Defesa da Comunidade.

A proposta de agenda da reunião de CEMGFA foi submetida a apreciação das delegações, tendo sido aceite por consenso, com a eliminação do ponto relativo ao Protocolo de Defesa, considerando as conclusões que, nessa matéria, resultaram desta reunião do SPAD.

*C. Talambas*  
*S. Guizé*  
*or*  
*or*  
*or*  
*or*  
*or*  
*or*





## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

### Pontos 9 e 10 – Reunião de DPDN e Reunião de MDN

O Coordenador do SPAD propôs a aprovação das agendas para as reuniões de DPDN e MDN as quais foram aceites por consenso, com ligeiras alterações.

Congratulando-se pelo bom andamento dos trabalhos, referiu-se aos documentos do Colégio de Defesa e do Mecanismo de resposta a catástrofes, e apresentou uma breve retrospectiva relativamente à realização das próximas reuniões, passando a palavra à delegação da Guiné Equatorial.

A delegação da Guiné Equatorial reiterou o compromisso, assumido em Díli, de acolher a reunião de Ministros da Defesa e sugeriu as datas de 18 e 19 de maio de 2017, respectivamente para as reuniões de DPDN e MDN.

O Coordenador do SPAD saudou o empenho manifestado pela Guiné Equatorial, disponibilizando o apoio do SPAD, à semelhança do sucedido quando das reuniões em São Tomé e Príncipe e em Timor-Leste. Considerou, porém, que previamente, em data que poderá coincidir com a reunião de CEMGFA em Lisboa, o DPDN da Guiné Equatorial se deverá deslocar a Portugal para reuniões de trabalho com o DGPDN e com uma equipa do SPAD, no sentido de garantir o conhecimento, em detalhe, de todos os assuntos passados e atualmente em desenvolvimento na Componente de Defesa, consolidando assim o firme compromisso na organização e liderança daquelas reuniões. Nessa sequência, o SPAD poderá apoiar a organização das reuniões, com uma presença em Malabo com cerca de 10 dias de antecedência, sem prejuízo de outros apoios imediatos, como seja a elaboração de convites e outros aspetos logístico-administrativos.

Esta solução mereceu a concordância de todas as delegações e do representante do Secretariado Executivo da CPLP, ficando definido que a Guiné Equatorial realizará, em 2017, a XVIII reunião de MDN/CPLP, antecedida pela IX reunião de DPDN/CPLP, nas datas propostas.

### Ponto 11 – Diversos

O Diretor do CAE apresentou as conclusões do Seminário realizado em 2016 relativo à Análise do Conteúdo, no âmbito da Componente de Defesa da CPLP, da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, sobre Mulheres, Paz e Segurança.

O Coordenador do SPAD elogiou o trabalho desenvolvido pelo CAE/CPLP e apelou ao contributo efetivo dos Núcleos Nacionais.



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

A delegação de Cabo Verde informou também que se encontra em curso um Plano de Trabalho com as Nações Unidas para 2017 com vista à implementação da Resolução 1325 das Nações Unidas.

O representante do Secretariado Executivo da CPLP informou da existência de um Plano estratégico da CPLP relativo à Igualdade de Género e, referiu-se ainda à Cimeira de Brasília em 2016, que inaugurou o biénio da Presidência do Brasil da CPLP. Esta alinhar-se-á com a Agenda 2030 das Nações Unidas e respetivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Fez referência à existência de novos Observadores Associados da CPLP: Hungria, República Checa, República da Eslováquia e Uruguai. Foi, igualmente, adotada a Nova Visão Estratégica da CPLP para a qual a Componente de Defesa participou. Cabo Verde assumirá a próxima presidência da CPLP.

Lida e aprovada a Ata, seguem as assinaturas do Coordenador do SPAD, dos Delegados presentes e do Diretor do CAE.

Lisboa, aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezassete

**O Coordenador do SPAD**

Dr. Nuno Pinheiro Torres

**A Delegação de Angola**

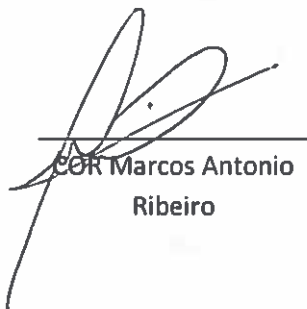
Dra. Madalena Eduardo da Silva

Ten Irany Rosário dos Reis  
Teixeira



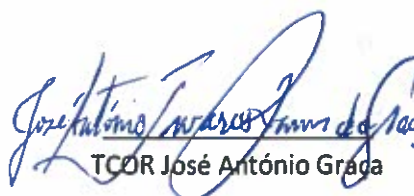
## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

### A Delegação do Brasil

  
COR Marcos Antonio  
Ribeiro

  
CMB Luiz Afonso  
Bottentuit de Oliveira

### A Delegação de Cabo Verde

  
TCOR José António Graga

  
Dr.ª Eneida Livramento

### A Delegação da Guiné-Bissau

  
COR Mama Jaquite

### A Delegação da Guiné-Equatorial

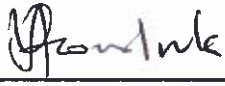
  
Embaixador Tito Mba Ada



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

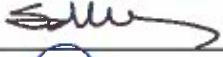
### A Delegação de Moçambique

  
TCOR Fernando Mackenzie  
Gimo

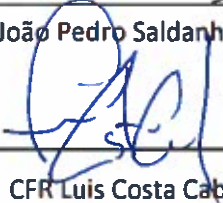
  
MAJ Osvaldo Augusto Fernando  
Condula

### A Delegação de Portugal

  
COR Francisco Santos

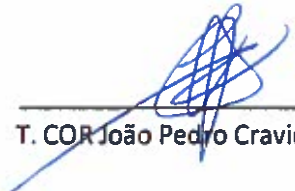
  
Dr. João Pedro Saldanha Serra

  
Dr.ª Maria Letícia Bairrada

  
CFR Luis Costa Cabral

### A Delegação de São Tomé e Príncipe

  
COR Alfredo Marçal Lima

  
T. COR João Pedro Cravid

### A Delegação de Timor-Leste


  
Dr. Martinho Maia Gonçalves

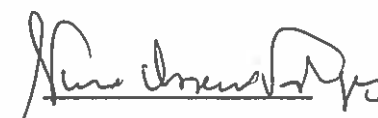
  
Cap. Domingos Oki



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

### A Delegação do CAE

  
TGEN (Ref) Luís Diogo de Carvalho

  
TCOR Nuro Valgy

### Anexos

- A Lista de Participantes**
- B Agenda de Trabalhos**
- C Proposta de declaração ministerial sobre a Resposta da CPLP a catástrofes**
- D Proposta de Regulamento do Colégio de Defesa da CPLP**
- F Conclusões do 4º Fórum da Saúde Militar**
  - Apêndice F-1 Regimento Interno do Fórum de Saúde Militar
  - Apêndice F-2 Estratégia de Saúde Militar da CPLP
  - Apêndice F-3 Plano de Ação do FSM/CPLP para o biénio 2017/2018
- G Documentação do CAE**
  - Apêndice G-1 Relatório de actividades e de execução orçamental do CAE/CPLP - 2016
  - Apêndice G-2 Plano de Reajustamento das Actividades e orçamento- 2017
  - Apêndice G-3 Plano de actividades e orçamento do CAE/CPLP - 2018
  - Apêndice G-4 Ata da VI Reunião do Conselho Consultivo do CAE 2017
  - Apêndice G-5 Síntese da apresentação do seminário relativo à Resolução 1325/2000, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sobre Mulheres, Paz e Segurança
- J 19ª Reunião de CEMGFA - Agenda**
- K IX Reunião de DPDN - Agenda**
- L XVIII Reunião de MDN – Agenda**
- M – Síntese operacional da reunião**



**Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa**